



PEDAGOGIA SOCIAL – O EDUCADOR SOCIAL E A EDUCAÇÃO SOCIAL NO SFCV

Ângela Forlin da Silva¹

Suzete Terezinha Orzechowski²

Resumo: Entender o complexo fazer do Educador Social, como também sua importância no contexto social do cenário educacional imprime uma visão abrangente sobre a necessária formação inicial incluindo a Pedagogia Social. O texto tem por objetivo analisar as práticas educacionais em contextos não escolares e traz como campo de pesquisa o SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos município de Chopinzinho, no Estado do Paraná. A pesquisa é bibliográfica, com observação no campo delimitado e análise documental para a coleta de dados.

Palavras Chave: educação; SCFV; educação social.

Introdução:

O presente artigo analisa a prática do Educador social e a Educação social, com pesquisa bibliográfica, observação e pesquisa de campo. Fazendo uma breve análise histórica e a atuação na atualidade deste educador. Entendemos que muitas são as análises sobre educação e exclusão social e uma das preocupações recai nas políticas públicas e sua efetivação, principalmente com adolescentes e jovens.

O objetivo desta pesquisa é analisar e entender a ação do educador social e suas contribuições para as crianças, adolescentes e jovens. O Brasil vem enfrentando críticas ao modelo econômico-político onde os conflitos sociais estão fundamentados na interpretação sobre o significado de justiça. É neste contexto que os posicionamentos ganham importância sobre os processos que se relacionam com a educação social. O educador social é cada vez mais solicitado para promover a educação em espaços não

¹ Professora da educação infantil no município de Chopinzinho/Pr, egressa do curso de Pedagogia do campus avançado de Chopinzinho-UNICENTRO/PR.

² Orientadora da Pesquisa é professora no DEPED-Unicentro/Pr. Dra. em Educação, membro da RePPed, membro do Fórum Paranaense de Pedagogia, Líder do GETFOP e coordenadora do LAPSU-Laboratório de Pedagogia Social da Unicentro.



escolares, isso porque esses espaços são cada vez mais demandados em uma sociedade excludente (CALIMAN, 2010).

Ao educador social se confere uma função de educar aqueles que não foram alcançados pela educação formal. Destas populações, podemos citar: populações indígenas, quilombolas, rurais, mulheres, crianças, adolescentes, idosos, presos, moradores de ruas, portadores de necessidades especiais e os desempregados. Enfim, na maioria dos segmentos populacionais à exclusão do processo educacional está presente. É nesta realidade que a educação social tem por objetivo a inclusão dos marginalizados no contexto social, proporcionando apoio e condições para que superem as dificuldades que se apresentam na realidade onde se inserem. (CALIMAN, 2010).

Entretanto, a educação social vem se construindo sem uma formação específica, encontrando apoio teórico-metodológico para suas análises na concepção da Pedagogia Social. Tal concepção, no Brasil, precisa ser incluída no grupo das Ciências da Educação, para que se alcance os objetivos a que se destina. E, portanto, há necessidade, também, de definir o papel do profissional da Pedagogia que atualmente, está sendo chamado a atender a função do Educador Social. É função de pedagogos e educadores sociais as análises sobre a realidade de forma autônoma para que cada pessoa tome consciência dos dilemas socioculturais a superar e buscar a transformação da sua realidade. Neste sentido a pedagogia e educação social se articulam, por meio da concepção da Pedagogia Social (MACHADO, 2012). Para tanto, é imprescindível a manutenção do diálogo constante entre os educadores, o qual promove a reflexão em prol da transformação desejada e se sustenta na construção do conhecimento significativo e pela politização consciente agregado aos Valores Humanos em amparo à vida (CALIMAN, 2010).

O texto busca tratar destas questões trazendo à tona a Pedagogia Social e sua construção histórica no Brasil, desafios e perspectiva e a prática pedagógica da Pedagogia Social entre educadores sociais do SCFV em Chopinzinho/PR. Essas questões supracitadas foram debatidas em três sessões: A primeira secessão traz um Breve histórico da Pedagogia Social no Brasil, a segunda secessão aponta os Desafios e Perspectivas da Pedagogia Social e a terceira secessão vai tratar da Pedagogia Social aplicada no Município de Chopinzinho PR.

Breve histórico da pedagogia social no Brasil.



A educação social é uma realidade e uma necessidade de nossa condição histórica. A prática de políticas sociais permaneceu, por longos períodos à margem dos objetivos de bem-estar da população. As dificuldades surgidas há décadas com um sistema capitalista rígido e dominante, impediu que a sensibilidade da sociedade como um todo, assumisse compromissos com a massa excluída de nossa população, segundo Silva:

O quadro ou o cenário da realidade é profundamente complexo em relação a acontecimento histórico aos valores, interesses econômicos contraditórios às causas e efeitos geradores de exclusão social que requerem e exigem uma reconstrução histórica profunda, com identificação refeita e redimensionada de concepções reconstruídas e reconceitualizadas do ponto de vista histórico, holístico e heurístico e interdisciplinar. (SILVA, p.287, 2011).

Afirma-se com o passar dos anos, mais precisamente a partir dos anos de 1960, o surgimento de grande número de entidades visando amenizar o sofrimento da parcela social excluída, possibilitando uma visão mais humana sobre a educação, fundamenta no princípio do voluntariado. A LBV- Legião da Boa Vontade foi um exemplo do início deste tipo de trabalho, no Brasil nas décadas de 1960 a 1970. Nesse estágio, ocorreram mudanças também no âmbito educacional escolar, dado a visão crescente das necessidades de ordem social e econômica, exigindo de todos os segmentos, postura para atender a demanda social.

Impulsionado pela pressão da sociedade consciente, o estado buscou regulamentar a condução de um novo processo formativo dentro do sistema educacional, como também junto às comunidades ora esquecidas (FAZENDA, 1988). Na década de 1970, sob forte pressão do regime militar a educação social se instala, por meio de organizações coletivas impulsionadas por igrejas, associações de bairros e clube de mães. Estes espaços promoveram oficinas e cursos diversos, também se instalaram creches, mesmo sofrendo críticas de outros segmentos. Essas alternativas viabilizaram ações concretas possibilitando o desenvolvimento de camadas que eram esquecidas pelo estado. Silva aponta que:

[...] as questões proeminentes que preocupavam os cientistas sociais e educadores eram temas ligados ao desenvolvimento econômico, à modernização e à participação política, à democracia ou à mobilidade social ligada direta ou indiretamente à educação. (SILVA, p.286, 2011).

Entende-se com isso que na década dos anos de 1980, o Brasil obteve mudanças significativas, pois nesse período surgiu uma nova ordem política com o processo de



abertura, reduzindo o estado militar. Neste período a sociedade civil como também a política, permitiu o surgimento de inúmeras associações, modificando e melhorando as condições de atendimento ao estado crítico que se encontrava o tecido social. A população iniciou a caminhada com participação na condução do Estado, intervindo de forma benéfica nas camadas mais atingidas. As diferenças sociais eram imensas, não havendo saneamento básico, saúde, educação, habitação entre outros tantos segmentos que não eram prioridade. Foi o início da tomada de consciência do direito à cidadania até então sufocada pela ditadura militar. Souza Neto explica que instituições, as autoridades e os violadores de direitos aparecem como bondosos e virtuosos, e, no caso supostamente abandonados e delinquentes, o juiz aparece como um pai bondoso que corrige os desvios e as injustiças. (SOUZA NETO, p.258, 2009).

Nas décadas de 1960 a 1990, ocorre uma estagnação no contexto educacional e social, por imposição e controle do Estado. Este contexto impediu que a sociedade pudesse construir movimentos necessários e importantes ao desenvolvimento educacional. O poder se fundamentou no impedimento de ideais marxistas que à época estavam em evidência. Impõem-se supostamente um caminho de economia liberal, que para um curto espaço de tempo se definiu como ideal. Contudo, a concentração de renda provocou através das instituições de classes, reivindicações para redistribuir renda e direitos negados aos trabalhadores de todos os setores econômicos. O período dos anos 1990 foi permeado por um processo de reformas, no sentido de operacionalização na educação, promovendo mudanças em vários níveis e modalidades do ensino.

Neste contexto histórico a Pedagogia Social como fundamento à educação social foi sendo construída sempre à margem uma da outra. É a partir da década de 1990 que se inicia uma articulação, partindo das ideias Freireanas, já bem difundidas pela educação popular. Não obstante à Educação Social, a Pedagogia Social se estabelece teórico e metodologicamente e vem sendo difundida, no Brasil, como um campo científico. Tal campo pertence à Pedagogia como ciência que tem por seu objeto a educação (FRANCO, 2008; LIBÂNEO, 1999). Uma educação entendida em seu sentido amplo que carece de aprofundamentos tanto no contexto da educação escolar quanto da educação não escolar.

O Estado brasileiro, historicamente esteve vinculado aos interesses privados com consequências negativas no contexto social, as exclusões sociais balizadas pelos conceitos neoliberais aceitam essa deformação social como norma, sendo dessa forma sinalização de uma ordem econômica que busca o equilíbrio dos indicadores econômicos,



com concentração de renda. Nesse espaço de tempo, com a ocorrência de privatizações do setor público à revelia de uma ordem social adequada, onde reorganização capitalista visa uma nova ordem, onde o trabalho e a mão de obra é vista como suporte ao seu desejo, aceitando como norma o desemprego e como reserva o desenvolvimento do capital.

Assim sendo, no conjunto histórico a Pedagogia social como alicerce à educação social, foi edificada de forma dissociada. Uma educação vasta em seu sentido maior necessita de análises profundas, capazes de encontrar posturas sólidas para a construção de um novo contexto escolar quanto a educação social. Na visão de Silva, R., Neto, J.C.S., Moura:

Educador social serve no Brasil, tanto para identificar o trabalhador de nível médio e técnico como para designar o trabalhador com formação de nível superior em desvio de função. Oficineiros, artesãos, artistas, mestres de capoeira, arte-educadores e monitores em geral são agregados a uma mesma categoria descritiva que inclui sociólogos, cientistas sociais, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, advogados, historiadores, geógrafos, físicos, matemáticos, químicos contratados por organizações não-governamentais ou pelo poder público para exercer funções diferentes da sua área de formação [...]. (SILVA, R., NETO, J.C.S., MOURA, R.A., p.12 -13, 2009).

A preocupação com o tema da formação dos educadores sociais, no que pulsa as questões epistemológicas é uma necessidade e tem sua importância. A formação é um aspecto a ser construído para qualificar a função educativa do educador social, principalmente no momento atual em que tramita o PL 2.941/2019, pela regulamentação da profissão de educador social, que está parado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado desde 2023.

Desafios e perspectivas da Pedagogia Social

O educador social é o sujeito atento para as implicações que possam surgir em momentos de acolhida e de atendimento e acompanhamento sócio educacional. Em toda intervenção busca-se não constranger ou internalizar comportamentos negativos nos enfrentamentos. Segundo o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV):

Eliminar/minimizar situação de privação material e discriminação negativa requer serviços continuados, capazes de desenvolver potencialidade e assegurar aquisições, além de fortalecer vínculos familiares e vínculos sociais simples mais amplos necessários ao exercício da cidadania. Tais serviços são concretizados



por uma rede de atores públicos (integrantes da rede sócio assistencial) que materializam ofertas socioeducativas, lúdicas e socioculturais, que atendam a as diferentes necessidades de convivência próprias a cada momento do ciclo de vida (MDS/BRASI, p.09, 2016).

As perspectivas na atualidade desafiam a capacidade dos educadores, como também de uma ordem social capaz de ensinar e demonstrar uma conduta social adequada às necessidades de um mundo globalizado.

Em nosso país a Pedagogia é tida como ciência da educação, entendida a partir do processo de ensino e aprendizagem que se articulam provocando, promovendo e consolidando o processo educativo. Também é concebida como meio de auxílio as pessoas com dificuldade, notadamente utilizada para crianças, adolescentes e jovens que padecem de cuidados em suas necessidades educacionais. Entretanto, é no processo educacional que se evidenciam as questões sociais e culturais de uma sociedade. Segundo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS):

No âmbito de assistência social, há o reconhecimento de situações de desproteção social, cujo impacto é maior entre pessoas ou grupos familiares que apresentam características socialmente desvalorizadas e discriminadas de forma negativa (deficiência, etnia, religião, orientação sexual, situação civil entre outras), agravadas por condições precárias de vida, pela privação de renda ou de acesso aos serviços públicos (MDS/BRASIL, p. 09, 2016).

Visando entender o enorme desafio do Educador Social dentro do sistema educacional e administrativo, percebemos por meio desta pesquisa, que a visão social do educador é pouco compreendida. Para desenvolver projetos capazes de modificar a situação em que se encontram essas comunidades de riscos, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) objetivou:

- Complementar o trabalho social com família, prevenindo a concorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária;
- Prevenir a institucionalização e a segregação de criança, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;
- Promover acessos a benefícios e serviços sócios assistenciais, fortalecendo a ação social e a assistência social nos territórios;
- Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de a educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos;
- Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários;
- Possibilitar acesos à experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades;



-Favorecer o desenvolvimento de atividades integrais , propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, à solidariedade e os vínculos familiares e comunitários. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (MDS/BRASIL p. 9,10, 2016).

Tendo como base os objetivos apresentados acima, nos permite ter um embasamento de como deve ser entendido a função do Educador Social. Portanto podemos observar que os contidos nos desafios do SCFV se apresentam com bastante intensidade em nosso município. Enumeramos os que foram detectados no município de Chopinzinho – PR.

Para a faixa etária de 0 a 6 anos de idade.

- Crianças com deficiência, crianças cujas famílias são beneficiadas de programas de transferência de renda, crianças encaminhadas pelos Serviços de Proteção Social Especial, crianças em territórios com ausência de precariedade na oferta de serviços e oportunidades de convívio social e comunitário e crianças que vivenciam situações de fragilização de vínculos.

Para a faixa etária de 6 a 15 anos de idade:

- Crianças e adolescentes encaminhados pelos serviços de Proteção Social e Especial, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

Crianças e adolescentes cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda, crianças e adolescentes de famílias com precário acesso à renda e a serviços públicos.

Para a faixa de 15 a 17 anos de idade:

- Adolescentes pertencentes a famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, adolescentes de Erradicação de Trabalho Infantil (PETI), adolescentes fora da escola.

Jovens de 18 a 29 anos de idade

- Jovens pertencentes a famílias beneficiárias de programas de transferência de renda; jovens fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 anos, jovens egressos de mediadas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Para a faixa dos adultos de 30 a 59 anos de idade

- Adultos em situação de vulnerabilidade em consequência de deficiências;



Para as pessoas idosas

- Pessoas idosas de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda.

Dessa forma, observamos que os desafios contidos no SCFV, se apresentam com intensidade no ambiente municipal e assim necessitando ações que possam, se não solucionar com plenitude, ao menos estabelecer ações satisfatórias para minimizar os efeitos da vulnerabilidade.

O SCFV no município de Chopinzinho- Paraná

Buscamos informações junto a Secretaria de Assistência Social, por meio de seu secretário em atividade, que nos posicionou sobre as ações promovidas pelo órgão. Segundo o secretário, do município mesmo com uma população na casa de vinte mil habitantes, detém estatísticas pouco animadoras em seu conjunto social. Há uma camada da população de baixa renda, que reside em projetos da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), que apresenta inúmeras dificuldades:

- Renda familiar baixa (grande parte assistido pela Bolsa Família);
- Desregramento familiar que influi negativamente na elaboração de projetos sociais;
- Escolaridade comprometida pela necessidade de trabalhar visando melhora da renda familiar;
- Poucos recursos para promover uma ação mais abrangente;
- Falta de recursos humanos capacitados para desenvolver uma política assistencial capaz de reduzir as mazelas produzidas por essas situações e atende-las eficientemente.

Ao solicitar o planejamento específico para o Município, o secretário nos informou que não existe tal normativo, baseando-se as ações municipais no conteúdo SCFV, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, em 29 de janeiro de 2016.

O desenvolvimento de atividades de Educação Social está condicionada num único local, onde os projetos são executados.

O pró-jovem, conta com um responsável, com qualificação profissional adequada e possuidor dos cursos de teologia, pedagogia e filosofia. Tem como prioridade orientação a jovens individualmente como também em grupos.

Há existência de uma sala de informática, com oito guichês, tendo um profissional para formação de crianças jovens e adultos, a sala é razoavelmente confortável, com mobiliário de bastante uso, assim como os equipamentos de informática.



O setor de marcenaria oferece conhecimento e orientação prática a quem deseja se encaminhar para o setor. A área total que o projeto ocupa, conta com doze salas, com dependência sanitária para ambos os sexos, com capacidade para seis pessoas. A área esportiva fica nas proximidades do espaço no ginásio (Dionisto Debona), para a prática esportiva e projetos de integração.

Para os idosos nesse mesmo ginásio é colocado a disposição uma academia com equipamentos externo para prática de atividades físicas, bem como espaço de lazer, contando com dois profissionais habilitados e uma ambulância com equipe de enfermagem para emergências.

Não obtivemos informações sobre atividades nas comunidades que compõem o município, contudo, espalhadas pela cidade existem mais quatro academias ao ar livre, utilizada pelas pessoas para condicionamento físico.

Na visitação, sem acompanhamento, percebemos que mesmo com a existência de espaço e recursos materiais, não há profissionais qualificados para desenvolvimento de projetos. Somente em duas salas, de informática e pró-jovem os recursos humanos estavam efetivamente qualificados para atividades, existindo apenas uma pessoa em cada local. Na ocasião não foi informado o número de quantos profissionais em atividade para cada espaço, e em consonância com as respostas obtidas na pesquisa e com o secretário, deu-nos a entender que as atividades estão reduzidas. Sendo assim, os trabalhos realizados ou a realizar não correspondem com as necessidades existentes e nosso município.

Observamos que sobre a função do Educador Social, as respostas foram inconsistentes, pois a formação desses profissionais ficou restrito ao setor educacional tradicional, ou seja, à escola. Demonstrando um distanciamento das análises sobre um espaço não escolar necessário. Quanto a formação destes educadores sociais, as respostas foram razoáveis, contudo ainda não totalmente embasadas nas necessidades a que o profissional se destina. Há uma carência de profissionais que possuam conhecimento, formação, aptidão, bem como perfil para exercer esse trabalho com a população carente de recursos, respeito e compreensão.

Percebe-se claramente que em virtude das ocorrências surgidas na esfera administrativa, substituição de secretários e prefeito, muito ficou a fazer gerando prejuízos para a comunidade como um todo, com perdas substanciais aos menos favorecidos. Não há capacitação adequada e nem mesmo continuada, as atividades executadas estão mais voltadas a suprir de forma superficial o tempo que passam as



crianças dentro do espaço do SCFV. Dessa maneira, no decorrer das próximas administrações, se voltadas a uma mudança estrutural, esse quadro negativo deverá ser modificado.

Dessa forma os educadores sociais necessitam instrumentalizar-se para potencializar o caminho educativo, procurando conteúdos capazes de confrontar com a realidade, buscando conhecimento para oportunizar atitudes capazes de esclarecer comportamentos e produzir praticas saudáveis. De acordo com Graciani:

(...) a concepção metodologia dialética da Pedagogia Social põe sua atenção nas situações concretas que surgem da prática para analisa-las fazer deduções, confrontá-las com outras experiências, conceituando-as emitindo juízos criativos etc., para assim orientar eficazmente as ações de classe, sobre estas mesmas situações(...)leva-nos a pensar dialeticamente para poder assim enfrentar novas e distintas situações que a própria pratica nos irá exigindo conhecer para transformar. (Graciani, p.294, 2011)

Para contemplar com êxito esse caminho educacional, o educador social terá a dura tarefa da pesquisa, para encontrar elementos possíveis e aceitáveis, diante do comportamento e distorções provocadas por inúmeras fontes, que mal compreendidas fornecem informações, contudo não conceituam o sentido que o desenvolvimento humano precisa para enfrentar os obstáculos surgidos diariamente. Os desafios que o educador social terá de enfrentar são inegavelmente preocupantes, dentre os quais podemos destacar:

- Desenvolver um trabalho social familiar, fortalecendo os laços familiares sem exposição aos riscos sociais;
- Conscientizar que a convivência familiar e o respeito às crianças, adolescentes, jovens e idosos fortalece o relacionamento, integrando o conjunto social;
- Agenciar e orientar sobre os benefícios assistenciais, fortalecendo sua identidade em seu local comunitário.
- Promover ingressos em setores de serviços nas áreas de educação, saúde, cultura, lazer e esportes em seu ambiente de convivência permanente.

Estes são desafios apontados a partir de conversas informais com os educadores sociais do campo pesquisado. Existem outros que perpassam o comportamento mais individual de cada sujeito atendido, por exemplo, o uso de drogas, o abuso, a indisciplina, entretanto buscamos evidenciar os desafios mais abrangentes, pois na visão de Gohn:



O Educador Social numa comunidade atua nos marcos de uma proposta socioeducativa de produção de saberes a partir da tradição de culturas locais existentes e da reconstrução ressignificação de alguns eixos valorativos tematizados segundo o que existe, em confronto com o novo que se incorpora. (GOHN, 2010, p. 55)

Durante o período de observação percebeu-se que os educadores buscam meios alternativos, os quais permitam continuidade do processo educacional com intervenções adequadas ante as circunstâncias enfrentadas. A frequência nas atividades ou ausência nas oportunidades de ação educacional é uma realidade diária, principalmente devido ao trabalho desenvolvido tanto na individualidade, quanto no conjunto familiar. Carrano explica que:

As dificuldades em lidar com a diversidade parece algo congênito na constituição da ideia de escolarização. A homogeneidade ainda é muito mais desejável que a cultura escolar do que a noção de heterogeneidade seja ela de faixa etária, de gênero de classe, de cultura regional ou etnia. (CARRANO, p.180, 2008)

Outro desafio é conduzir os assistidos a uma participação individual ou conjunta, com discussão dos assuntos advindos do meio onde estão inseridos. São tantas as enfermidades sociais que existem no meio social, independentemente da localização onde o trabalho seja desenvolvido, com diferenças regionais, culturais e étnicas. É possível tipificar algumas, que com certeza são quase idênticas em qualquer ambiente, onde as dificuldades do conjunto se fazem conhecidas, segundo o documento do SCFV – MDS/BRASIL 2016:

- crianças com até seis anos, com deficiência, famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, encaminhadas pelos serviços de Proteção Social Especial, residentes em territórios precários na oferta de serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e que vivenciam situação de fragilização de vínculos.

- Crianças e adolescentes com idades de seis a quinze anos: conduzidos pelos serviços de Proteção Social Especial (PETI) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI). Crianças e adolescentes em situação de acolhimento ou que já retornaram ao convívio familiar após medida protetiva de acolhimento e crianças e adolescentes com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC.

- adolescentes de quinze a dezessete anos, incluídos em programas especiais e de ordem de urgência social. Jovens de dezoito a vinte e nove anos (resolução CNAS N°



13/2014), pertencentes a um conjunto social que necessita de ações urgentes devidos as circunstâncias **degradantes** que estão submetidos, estando inclusos também na mesma resolução, adultos que não tiveram a oportunidade de serem alcançados por programas especiais em épocas passadas, e que agora necessitam de auxílio para minimizar as dificuldades oriundas das mazelas socioeconômicas surgidas em nosso país de norte a sul.

Para ampliar o rol de conflitos que o educador social vem enfrentando, temos ainda pessoas idosas enquadradas na Resolução CNAS- Nº109/2009, que precisam do apoio para estabelecer um contato para sua convivência junto ao meio social em que vivem. Entretanto não é objeto desta pesquisa e não está em atenção junto ao SCFV no campo investigado.

Nesse sentido, podemos observar que a organização sociocultural e socioeducativa está comprometida e precisa urgente de ações que possam modificar o estado de dificuldade que nossa sociedade excluída vem sofrendo, dentro de uma perspectiva sociopolítica.

Pedagogia social aplicada no município Chopinzinho-Pr

Modificar as estatísticas que hoje denotam uma situação de complexidade negativa no tecido social, em todos os recantos de nossa pátria, ações regeneradoras, em maior e menor intensidade estão sendo desenvolvidas. Em nossa cidade não é diferente, necessitamos de um projeto social que busque alcançar pessoas em situações de riscos sociais e que precisam do apoio do Educador Social para transformar a realidade onde estejam em risco. Existem possibilidades de que sejam feitas intervenções junto a comunidade, com base nas orientações contidas no documento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) de 29 março de 2016. Sua finalidade tem por objetivo promover ações sócio assistenciais de acompanhamento a crianças, adolescentes, jovens e idosos, resgatando e conscientizando para a importância da vida e consequências futuras.

Para manter assegurados os normativos previstos na Constituição Federal de 1988, salienta-se o dever da família, da sociedade e do Estado, assegurando a criança e ao adolescente seus direitos sociais, garantindo também proteção contra qualquer forma de



violência, prevendo da mesma forma que os menores de dezoito anos permaneçam inimputáveis.

Dentre as medidas implantadas no município de Chopinzinho - PR de acordo com observação e dados colhidos, junto à assistência social do município, podemos citar:

- Encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade;
- Orientação, apoio ou acompanhamento temporário;
- Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- inclusão em programas comunitários ou oficinas de auxílio à família a criança e ao adolescente;
- requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial;
- inclusão em programas comunitários ou oficinas de auxílio, orientação e tratamento aos alcoólatras e toxicômanos.

As condutas estão direcionadas visando ações socioeducativas, principalmente aos usuários de álcool e drogas, visando modificar o estado de risco.

Os trabalhos e os encontros com finalidade mencionada são realizados mensalmente com adolescentes e jovens, inclusos nos programas socioeducativos quantificando os resultados.

Estão disponibilizados para ação recursos humanos, materiais e recursos financeiros tímidos para seu desenvolvimento, a partir do ano de 2012. Entretanto observamos que as referidas ações não vêm sendo executadas junto à comunidade.

Para embasar as referidas ações, buscamos respostas através de um questionário para avaliar efetivamente o trabalho desenvolvido pelos educadores sociais no SCFV – campo desta pesquisa. Com as respostas dadas pudemos ter uma visão real da visão dos profissionais empenhados no processo. Foram quatro profissionais questionados. Ao serem perguntados sobre a função social do educador social, as respostas foram:

Entrevistado 1- *“Auxiliar os alunos na compreensão da relação entre os indivíduos, e o bom comportamento perante a sociedade para não sofrer represálias”.*

Entrevistado 2- *“Tentar impor ao jovem sempre a interação entre sociedade e família. Trabalhar mais o lúdico, orientações para o caminho certo.”*

Entrevistado 3 – *“De trabalhar com jovens no PET, orientação, oficinas em geral”.*



Entrevistado 4 - *“Segundo a resolução CNS Nº09/2014, tem a função de organização das atividades desenvolvidas nos projetos, bem como acompanhar, orientar, monitorar os facilitadores das oficinas e na execução das atividades”.*

De acordo com as orientações contidas no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), compete ao Educador Social o conhecimento de cada história do educando para que promova no sujeito competências que modifique a realidade que vive. Educador e educando tornam-se agentes de mudanças. Visa o crescimento intelectual e moral, sendo o educador social o promotor de um grupo ou classe para transformação de suas vidas, reduzindo as desigualdades e alargando as possibilidades de sentimento de respeito à sua individualidade no alcance da cidadania.

Pelas respostas dadas imprime-se um pensamento educativo tradicional e disciplinar, compensatório e de controle social. Serão estas medidas educacionais que um educador social imprime? Ao observar os objetivos da instituição identifica-se a necessidade de processos educativos que mobilizem os sujeitos a transformar suas realidades mediante a tomada de consciência.

Ao que tange a formação dos educadores sociais, o primeiro entrevistado possui magistério completo, o segundo disse não haver necessidade de formação, o terceiro comentou que o mínimo exigido é o nível médio e quando tiver curso superior que seja voltada para a área social e por fim o último nos relatou que são estagiários de vários cursos, que atuam na instituição, tendo um professor concursado. O professor concursado é professor do município e está alocado atualmente no SCFV.

Percebe-se claramente que há necessidade de melhoras urgentes nas equipes para atendimento às comunidades envolvidas. O projeto SUAS, prevê formação de equipes, com no mínimo de um profissional técnico de nível superior, com conhecimento e habilidades para desenvolvimento dos objetivos propostos, a Resolução Nº 9, de 15 de abril de 2014, tipifica:

Considerando a deliberação da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, de 2011, que estabelece: “Reconhecer os cargos e funções dos trabalhadores de ensino médio e fundamental que atuam no SUAS, nas funções de monitor, educador social e orientador social, entre outras.

Art. 4º As ocupações profissionais com escolaridade de ensino médio, que compõem as equipes de referência do SUAS, desempenham funções de apoio ao provimento dos serviços, programas, projetos e benefícios, transferência de renda e ao CadÚnico, diretamente relacionadas às finalidades do SUAS. (RESOLUÇÃO Nº 9, DE 15 DE ABRIL DE 2014).



Portanto, é delegada a função de apoio no programa SCFV aos alunos do ensino médio. Há a necessidade de profissionais especializados na atuação da gestão e do encaminhamento de atividades socioeducativas. Sobre a formação continuada, de aprimoramento em serviço, assim se referiram os entrevistados:

Entrevistado 1- *“Sim. Cursos de auxílio para os professores produzirem uma aula bem organizada, cursos para nos atualizarem sobre nossos deveres como educadores e conhecimento dos direitos dos alunos enquanto indivíduo”.*

Entrevistado 2- *“Não há só a formação que a Prefeitura formou”.*

Entrevistado 3- *“É realizado reuniões com a equipe com estudo de material sobre a SCFV,”*

Entrevistado 4 – *“Capacitação com pessoal da educação”.*

Dessa forma concluímos que os responsáveis sejam devidamente esclarecidos e conduzidos para aperfeiçoamento, pois o conhecimento dos objetivos está distante, em relação aos conteúdos nas instruções SUAS. Temos como embasamento nas SUAS (MDS/BRASIL):

Eliminar/minimizar situações de previsão material e discriminação negativa requer serviços continuados, capazes de desenvolver potencialidades e assegurar aquisições, além de fortalecer vínculos familiares e vínculos sociais mais amplos necessários ao exercício de cidadania. Tais serviços são concretizados por uma rede de atores públicos (integrantes da rede sócio assistencial) que materializou ofertas socioeducativas, lúdicas que atendam as diferentes necessidades de convivência próprias cada momento do ciclo de vida. (MDS/BRASIL-p.09, 2016)

Assim sendo, podemos observar que não existe uma formação adequada, fundamentada na Pedagogia Social para minimizar o quadro social desestruturado em nossa comunidade. É importante que a ação política municipal se manifeste no contexto sociopolítico na promoção de formações mais articuladas e mais adequadas ao processo socioeducativo e sociocultural.

Considerações Finais

Por meio da pesquisa bibliográfica e análise do projeto implantado em nosso município, percebemos a importância do Educador Social, entretanto há uma lacuna entre as necessidades e o desconhecimento existente entre os responsáveis para a transformação social e superação das mazelas provocadas por longos períodos de descaso na condução de políticas, tanto educacionais quanto sociais. Ainda existe uma enorme dificuldade,



provinda do desconhecimento existente entre as necessidades prementes e os responsáveis envolvidos. Como educadores sociais temos um longo caminho a percorrer para reverter aos poucos, de forma consciente, situações surgidas e transformá-las em reconstrução do bem social.

Os desafios existentes são na verdade uma grande oportunidade de demonstrar que os conhecimentos obtidos, se bem utilizados, tornam-se contribuição para modificar o estado deplorável que se encontram inúmeras comunidades. O descaso percebe-se a olhos vistos, e se não estancado por ações verdadeiras, com finalidades específicas, o futuro estará comprometido.

Observamos também, que praticamente inexistente conhecimento adequado junto aos poderes constituídos e incumbidos de promover o bem social. No âmbito municipal, há falta de dirigentes capazes de entender sua finalidade, bem como de profissionais habilitados. Ainda, entendemos o desafio que se descortina, para que, profissionais da educação realizem um trabalho diferenciado no sentido socioeducacional, promovendo a cidadania. Também a solicitação da Pedagogia na atuação da educação social carece de formação fundamentada na concepção da pedagogia que é social, como salienta Orzechowski (2017). E imprescindível será uma formação pedagógica para o profissional da educação social, confere Orzechowski (2019) .

O objetivo da pesquisa foi alcançado e a intenção de contribuir para o debate leva a refletir sobre a formação inicial de pedagogos que também atuam em contextos socioeducativos, muitas vezes sem formação adequada. Assim justifica-se a intenção de pesquisa que ora se faz para continuidade das análises.

Referências Bibliográficas

- BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente: 1990 Ano 10, Agosto de 2011 51 Geração digital Lei 8069/90 e artigos 240 e 241 alterado pela Lei 10.764/03**, Brasília, Governo Federal, Secretaria Especial de Direitos Humanos.
- CALIMAN, Geraldo. Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador -**Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO - UNISAL - Americana/SP - Ano XII - Nº 23 - 2º Semestre/2010**
- GRACIANI, M.S., **Pedagogia Social de Rua: entre acolhida e formação**, Editora Expressão, São Paulo, 2006.
- CARRANO, Paulo José Rodrigues, **Identidade Juvenis e Escola.In:UNESCO-Construção coletiva: contribuições a educação de jovens e adultos-Brasília DF:UNESCO, MEC, 2005.**
- FAZENDA, Catarina Arantes. **Educação no Brasil anos 60. O Pacto do Silêncio.**



FERNADES ENGUITA, Mariano, **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Editora Artes Médicas, Porto Alegre, 1989.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia do Oprimido**, 17ª Edição, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

GRACIANI, Maria Stela Santos, **Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**- Editora Cortez, São Paulo, 2011.

GOHN, Maria da Gloria, **Educação não formal e o Educador Social**, Editora Cortez, São Paulo, 2010.

MINISTÉRIO Desenvolvimento Social e combate a Fome (MDS), **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**, (SCFV), Brasília, Janeiro de 2016.

ORZECOWSKI, S.T. **A pedagogia é social!** Saarbrücken- Alemanha: Novas edições acadêmicas, 2017

ORZECIWSKI, S. T. Fundamentais da Pedagogia Social para uma formação na Educação Social. In: FERREIRA, A. V. et all, (orgs). **Construção teórica no campo da Pedagogia Social e Educação Social**. vol4, Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

PROJETO RESGATE: **Intervenções Psicossociais com Adolescentes em Acompanhamento de medida socioeducativas**. Chopinizinho PR, março de 2016.

RIZZINI, Irene. PILOTTI, Francisco(org.) **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2ª Edição, São Paulo, 2009.

SERRÃO, Margarida, BALEEIRO, Maria Clarisse- **Aprendendo a Ser e Conviver**, Editora FTDF, Belo Horizonte MG, 1999.

SILVA, R.; SOUZA NETO, J.C.de; MOURA, A.R. **A pedagogia Social: Reflexões diálogos necessários**. In(org.) **Pedagogia Social**, Editora Expressão e Arte, FAPESPE/UNESCO, São Paulo, 2009.

SILVA, Roberto da (et.al.orgs) **Pedagogia Social: Contribuições para uma teoria Geral da Educação Social**, volume 2 São Paulo: Expressão e Arte 2011.

SOUZA NETO, João Clemente de.et. all. Org. **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte 2009.

SOUZA, Cléia Renata Teixeira. **Educador Social: Conceitos Fundamentais para sua Formação**, Anais do IX Congresso Nacional de Educacai-Educere, III Encontro Sul, 2009.